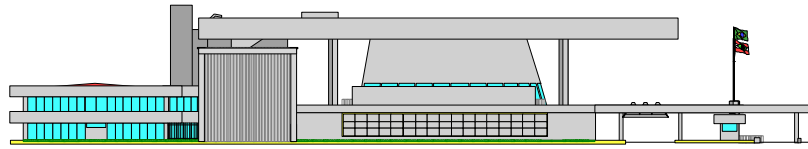


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE OUTUBRO DE 2003

NÚMERO 5.189

15ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Rogério Mendonça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

João Paulo Kleinübing - Presidente
Herneus de Nadal - Vice Presidente
Júlio Garcia
Celestino Secco
Paulo Eccel
Joares Ponticelli
Afrânio Boppré
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Antônio Ceron - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Wilson Vieira
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Antônio Carlos Vieira
Jorginho Mello
Reno Caramori
Nelson Goetten de Lima
Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani - Presidente
Valmir Comin - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Reno Caramori
Narcizo Parisotto
João Rodrigues
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS
FUNDAMENTAIS**

Odete de Jesus - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Ana Paula Lima
Mauro Mariani
Nilson Nelson Machado
Lício Mauro da Silveira
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

João Rodrigues - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Dionei Walter da Silva
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
Nilson Nelson Machado
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro - Presidente
Valmir Comin
Nilson Nelson Machado
Júlio Garcia
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Genésio Goulart
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Wilson Vieira - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Odete de Jesus
Júlio Garcia
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO**

Paulo Eccel - Presidente
Lício Mauro da Silveira - Vice Presidente
Celestino Secco
Afrânio Boppré
Simone Schramm
Nelson Goetten de Lima
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Luiz Eduardo Cherem - Presidente
Antônio Ceron - Vice Presidente
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Celestino Secco
Simone Schramm
Valmir Comin
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**


Genésio Goulart - Presidente
Celestino Secco Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
José Paulo Serafim
Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Antônio Ceron
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Valmir Comin - Presidente
Afrânio Boppré - Vice Presidente
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Herneus de Nadal
Djalma Berger
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 8:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO

**INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO
MERCOSUL**
Celestino Secco - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Pedro Baldissera
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Luiz Eduardo Cherem
Cesar Souza
Terças-Feiras, às 18:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Maria Salette de Bem Urban</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor em exercício: Álvaro Pacheco de Souza</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XII - NÚMERO 1526 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS</p>	<p>Plenário Ata da 085ª sessão Ordinária 1ª sessão Legislativa da realizada em 28/10/20032</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa15</p>

P L E N Á R I O

ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 28 DE OUTUBRO DE 2003

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Genésio Goulart - João Paulo Klenübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - José Paulo Serafim - Júlio Garcia - Lício Silveira - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Antes, porém, este Deputado, Presidente neste momento, gostaria de esclarecer, especialmente ao Deputado Paulo Eccel, que solicitou, no meu modo de entender, de maneira bastante precipitada a renúncia da Mesa da Casa pela falta dos componentes da mesma, que passei três dias de cama na semana passada, pois estava doente, senão estaria aqui cumprindo o meu dever.

Eu acho que V.Exa., antes de tentar aparecer para a imprensa em cima de seus companheiros de Assembléia Legislativa, deveria procurar saber o que aconteceu com os Srs. Companheiros que não estão aqui presentes ou não estavam aqui presentes.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, eu exijo, como é direito de cada Parlamentar, que todos sejam tratados de forma educada. Eu não dei autorização para V.Exa. vir, neste momento, usar a função de Presidente e dizer que eu quis aparecer na semana passada.

Simplemente eu usei o poder regimental, que é da voz, que é da palavra, para exigir aquilo que eu julguei oportuno para o momento.

V.Exa. não esteve presente, e naquele momento houve uma sugestão do Presidente da Mesa de encerrar a sessão por falta de quórum na mesa. Não achei justo, até em respeito aos Parlamentares que estavam neste Plenário e sabendo que a Mesa é composta por sete Deputados.

Então, se os sete ou se seis não estavam presentes, não restaria outra alternativa. O Parlamento não vai parar, não pode parar por falta de membros da Mesa. Esse foi o meu pleito, que ratifico e ratificarei todo momento que entender cabível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Se for seu desejo, eu posso deixar a Presidência e dirigir-me a V.Exa., na tribuna. Se V.Exa. acha que eu não posso falar como Presidente, eu posso pedir licença.

Deputado Altair Guidi, substitua-me, por gentileza, pois vou à tribuna.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Sr. Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu estou inscrita em primeiro lugar, mas cedo para o Deputado...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero me referir mais uma vez exatamente sobre este Deputado, sobre Nilson Gonçalves. Eu não costuma faltar com a minha obrigação como Deputado nesta Casa; estou no meu segundo mandato e em tempo algum, desde que entrei nesta Casa, faltei com as minhas responsabilidades. Eu me referi ao Deputado Paulo Eccel, porque acho que ele está no primeiro mandato, ele está com muita vontade ainda de ter os holofotes voltados para si. Quem sabe, nessa ânsia de ter os holofotes voltados para si, solicitou a renúncia da Mesa Diretora na semana passada sem antes tomar conhecimento dos problemas que cada um dos Srs. Parlamentares que fazem parte da Mesa tinham. É isso que eu quis dizer.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu também queria fazer um comentário com relação à sugestão do Deputado Paulo Eccel. Acho que todos os Deputados têm suas atividades e quando faltam aqui no Plenário têm as suas justificativas. Como foi o meu caso, que autor do requerimento para que se realizasse uma sessão no Município de Videira, para lá fui designado como membro da Mesa, para fazer os preparativos para aquela sessão. Por isso faltei naquele dia, justificadamente, pois estava cumprindo minha missão.

Sou praticamente um dos primeiros Parlamentares que chegam ao Plenário todos os dias, cumprindo o meu dever, como Primeiro Secretário desta Casa. Sempre, quando não posso vir, divido as tarefas com o Segundo, com o Terceiro ou com o Quarto Secretários. Mas jamais aconteceu que um dos Secretários não estivesse aqui presente na mesa, a não ser por alguma justificativa de maior importância.

Por isso, agradeço o apelo do Deputado Paulo Eccel, que foi muito infeliz com seus Parlamentares - inclusive dois membros de sua Bancada e o próprio Presidente são de seu Partido -, somente porque estávamos ao vivo em um canal de televisão, quando quase denegriu a imagem daqueles que por muitos anos vêm aqui lutar em favor da sociedade catarinense.

Então, trouxe esta justificativa, que não precisava fazer, pois estava a serviço da Casa, mas para dizer que o Deputado Paulo Eccel foi muito infeliz nesta colocação.

Eu poderia a qualquer momento, quando ali sentasse à mesa e observasse a ausência do Deputado Paulo Eccel, pedir que ele renunciasse ao seu mandato, se não pudesse estar na mesa. Mas acredito

que é uma incoerência, pois todos nós conhecemos o trabalho que os Parlamentares fazem nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Inscrito para falar em Breves Comunicações a Sra. Deputada Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, deveria usar os meus 10 minutos na quinta-feira passada, mas fui limitada a usar apenas cinco minutos. Agora gostaria de saber, Sr. Presidente, se eu poderia ter esses cinco minutos, porque eu havia me inscrito e tenho que cobrar os meus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Infelizmente, Deputada, de uma sessão para outra não é possível resgatar esses cinco minutos. Mas V.Exa. tem os 10 minutos para usar a palavra.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Então, hoje trago três assuntos importantes. Eu fui eleita novamente, de forma democrática, à Presidência do diretório do meu Partido. Os convencionais que estiveram presentes na Capital nos aprovaram e não tivemos nenhuma rejeição.

Então, quero até festejar por este momento benéfico do Partido Liberal e agradecer ao jornal A Notícia pela belíssima matéria divulgada a respeito de como está andando o nosso Partido por este Estado afora.

Nós só podemos desenvolver uma bom trabalho porque temos excelentes presidentes das executivas municipais, que fazem um belo trabalho, com responsabilidade, desenvolvendo a proposta do nosso Partido pelo liberalismo social.

Então, agradeço a todos os convencionais, aos delegados, aos presidentes que nos deram voto sim, não tivemos nenhuma rejeição, nenhum voto não, e eu os agradeço também pela confiança que nos depositaram para comandar mais quatro anos de mandato do Partido Liberal.

Srs. Deputados, nós sabemos que existe uma lei federal já sancionada, a qual deve ser cumprida.

Esta lei, Sr. Presidente, concede a todos os portadores de deficiência física direito a terem um transporte urbano coletivo adequado, a fim de que possam se locomover livremente com tranquilidade.

Quero parabenizar, na Capital, a Transol que lembrou dos deficientes físicos que podem fazer uso desse transporte. E nós entramos com uma moção na quarta-feira para cobrar isso de todos os Municípios.

Eu quero chamar a atenção de alguns Prefeitos que de repente tenham deixado passar a sua concessão. Não deveria ter dado concessão para os transportes coletivos e de repente, por um lapso, deixou passar.

Então, Srs. Deputados, eu entrei com uma moção neste sentido, e na qualidade da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e como Parlamentar nesta Casa, cobrarei de todas as Prefeituras. Começamos a cobrar da cidade de Lages. Porque, Srs. Deputados, nós sabemos que os deficientes físicos têm os seus direitos; eles precisam trabalhar e se locomover.

Assim sendo, esta Deputada vai cobrar e fiscalizar para que os deficientes físicos tenham os seus direitos respeitados.

Nós cobramos aquilo que temos direito. Estou cobrando do Presidente os meus cinco minutos. Vou continuar cobrando em próximas sessões.

Então, Srs. Deputados, quero deixar bem claro que vamos cobrar de todos os Municípios e não de um só. Houve uma solicitação, algumas pessoas nos procuraram e vamos cobrar.

O terceiro assunto que vou abordar é sobre um projeto que esta Deputada deu entrada nesta Casa, na quarta-feira-jac

A população de baixa renda ainda não tem direito a uma vida saudável e ela também tem que resgatar seus direitos, que é um compromisso de todos nós Parlamentares, dos órgãos governamentais e não-governamentais para que todos estejamos unidos nessa grande luta, ou seja, de estarmos corrigindo, cobrando para que a saúde, que é um direito de todo cidadão.

A saúde é prioritário na vida do cidadão e vamos incentivar essa prioridade. Então, havendo essa necessidade, resolvemos ampliar o programa da saúde, da família, dos agentes comunitários, da vigilância sanitária.

Demos entrada na Casa de um projeto de lei que autoriza a Secretaria da Saúde, no sentido de que seja criado o cartão saúde nos serviços da rede pública estadual.

Defendemos esse projeto porque com esse cartão será garantido ao cidadão um cadastro de informações dando agilidade ao usuário, principalmente no atendimento de emergência.

O cartão saúde também será um meio de auto educação e controle para o usuário que terá todos os dados básicos sobre o seu estado de saúde.

Esse cadastro também vai permitir que o Estado tenha dados atualizados acerca de problemas de maior gravidade sobre a saúde dos catarinenses.

Esse cartão vem sendo utilizado com sucesso em inúmeros Estados do Nordeste brasileiro, inclusive estive naquela reunião com o Ministro da Justiça e muitos Deputados citaram que nos seus Estados do Nordeste já existe esse cartão.

Santa Catarina não pode ficar para trás. Se o Estado Nordestino, que faz parte da Nação brasileira, já existe, nós também poderemos implantar aqui em nosso Estado.

Gostaria de pedir o apoio dos Parlamentares para que nos apoiem para aprovamos esse nosso projeto, que é muito benéfico para que haja o controle àquela mulher que tem um problema grave, aquele cidadão que está precisando ser atendido imediatamente e naquele cartão já consta toda uma panorâmica do seu estado de saúde.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o Sr. Deputado Nilson Machado.

(Pausa)

Com a ausência do Sr. Deputado Nilson Machado, com a palavra o próximo orador inscrito, Sr. Deputado Wilson Vieira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que prestigia a nossa sessão e telespectadores da TVAL.

(Passa a ler)

"Primeiro emprego agora é lei

Sancionado semana passada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Primeiro Emprego tem como objetivo estimular empregadores a contratar jovens entre 16 e 24 anos, com baixa escolaridade e em situação de pobreza. O programa tem R\$139 milhões de verba assegurada, recursos que foram aprovados pelo Congresso Nacional e sairão do Orçamento da União. A meta é empregar 60 mil jovens até o final deste ano e atingir 250 mil, em dezembro de 2004.

Os jovens que se encontram na faixa etária entre 16 e 24 anos são os mais atingidos pelo desemprego. Eles correspondem a 44% do total de pessoas desempregadas no País. Nessa faixa, a taxa é praticamente o dobro da taxa de desemprego geral. O programa começa nas 10 capitais brasileiras onde o índice de desemprego é maior entre os jovens. São elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Distrito Federal, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza e Porto Alegre.

Nestas capitais, 250 postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine) estão preparados para iniciar a operacionalização do programa de forma integrada ao Sistema de Gestão das Ações Sociais (Sigae). Esse sistema estabelecerá rígido controle da contratação dos jovens em relação ao mercado de trabalho em geral, para evitar a substituição de mão-de-obra. Os demais 450 postos do Sigae estarão prontos para entrar em ação até o final do ano, quando o plano será estendido a todo o País.

A partir de hoje, terça-feira, o Ministério do Trabalho irá enviar cartas assinadas pelo Ministro Jaques Wagner a 765 mil empresários cadastrados através da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), solicitando que ofereçam vagas aos jovens e participem do programa. O Governo federal dará uma contrapartida financeira aos empregadores que aderirem ao Primeiro Emprego e se comprometerem a manter os postos de trabalho por, no mínimo, 12 meses. Empresas com faturamento até R\$1,2 milhão terão direito a um incentivo de R\$200,00 por jovem contratado e o valor será repassado a cada dois meses.

As empresas com faturamento superior a R\$1,2 milhão terão direito a um incentivo de R\$100,00. Além dos recursos, as empresas que aderirem ao programa também receberão um selo denominado 'Empresa parceira do Programa Primeiro Emprego', que poderá ser utilizado em futuras campanhas publicitárias demonstrando a responsabilidade social dessas empresas com o País.

Outra linha de geração de empregos para a juventude é o estímulo à responsabilidade social, que reconhece o compromisso das empresas que desejem colaborar com o programa contratando, sem ônus para o Governo Federal, jovens inscritos no programa. Nesta modalidade, já aderiram 23 empresas, que enviarão cartas de intenção dispostas a participar sem receber incentivo financeiro. Estas empresas serão certificadas como parceiras do Governo Federal no Programa Primeiro Emprego.

Atualmente, existem 380 mil jovens inscritos nos postos do Sine. Para respeitar essas inscrições, não serão feitas novas habilitações, temporariamente, até que haja o aumento da oferta de vagas pelos empregadores, evitando assim tumulto nos postos do Sine. O Ministério do Trabalho e Emprego enviará também correspondência a cada um dos 380 mil jovens já cadastrados. Em média, serão disparadas 25 mil cartas por semana. Portanto, não adiantará corrida aos postos, pois serão priorizadas as atuais inscrições.

Para selecionar os jovens e atender aos empresários, 3 mil agentes do Sistema Nacional de Emprego foram treinados para atuar em parceria com as Delegacias Regionais do Trabalho e as Secretarias Estaduais. Foi confeccionado ainda um manual contendo todo o modelo operacional de execução do Primeiro Emprego, desde o cadastramento do público-alvo do programa - jovens com idade entre 16 e 24 anos -, até os modelos a serem assinados entre as empresas e o Sine, que impedem a redução dos postos de trabalho por 12 meses e a contratação de parentes para as vagas."

Este é um dos projetos mais importantes que o Governo Lula apresentou ao nosso País, até porque nós vamos resolver o problema da ociosidade do jovem, dando a ele a oportunidade de ter um trabalho para iniciar o seu processo de profissionalização, o seu currículo profissional, para poder, aí sim, ter uma perspectiva social futura capaz de incentivá-lo a estudar cada vez mais e a desenvolver as suas potencialidades profissionais a cada dia.

Um dos nossos grandes problemas de segurança hoje que envolve jovens dá-se justamente pela falta de atividades que eles têm. E o Programa Primeiro Emprego vai cobrir também essa lacuna que tem causado grandes problemas de segurança em nosso País.

Infelizmente, um projeto desta envergadura não deveria ter levado tanto tempo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Mas, finalmente, ele sai do papel e agora entra em prática, mostrando claramente que o Governo Lula está assumindo, passo a passo, cada compromisso que apresentou ao povo brasileiro em sua campanha.

O Programa Primeiro Emprego mostra exatamente isso: um Governo preocupado com a situação do jovem desempregado no nosso País, porque é esse o jovem que pode se tornar um grande investidor no futuro, pode gerar mais empregos e pode ajudar a equilibrar a situação econômica e a diminuir, por consequência, o índice de criminalidade e a participação do jovem em pequenos delitos ou no crime organizado.

Não dá para esquecermos que o Governo Lula tem apenas 10 meses de mandato e que neste tempo já tem elaborado programas e projetos na área social, mostrando claramente um Governo dirigido para a área social deste País e que se preocupa essencialmente com as condições sociais que o Brasil tem, fruto dos desmandos de Governos anteriores, que praticamente sucatearam a nossa nação.

Então, é muito importante que os empresários participem do programa para poder contribuir com esse processo de desenvolvimento social, principalmente para a juventude, e de recuperação do nosso País.

Gostaríamos de dizer mais: é importante que tenhamos claro que muitas das ações do Governo Federal, como o Programa Fome Zero, por exemplo, só vão ter sucesso se as Prefeituras Municipais fizerem o mapa da fome e encaminharem a Brasília. Sem o mapa da fome é impossível ao Governo Federal implementar o Programa Fome Zero em qualquer Município deste País.

Então, vale lembrar que a responsabilidade maior do sucesso do Programa Fome Zero é dos Prefeitos Municipais, que deverão cumprir a sua parte, ou seja, elaborar o mapa da miséria, o mapa da fome, para que o Governo Federal tenha a exata dimensão do problema em nosso País.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado Wilson Vieira, sem querer tirar o brilhantismo de seu pronunciamento, eu gostaria de registrar o transcurso do seu aniversário, ocorrido no domingo, e de convidar os nossos Pares para cantarmos o parabéns a V.Exa.

(Procede-se à execução do Parabéns a Você!)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Antes de encerrar, eu quero agradecer aos nobres Pares por esta homenagem prestada e dizer que fico muito feliz por ter sido agraciado com o Parabéns a Você e por ter sido lembrada a data do meu aniversário.

Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Parabéns ao nosso querido e particular amigo, Deputado Wilson Vieira. Tenha V.Exa. o orgulho de ter sido o primeiro Deputado a ser agraciado com esse tipo de homenagem em plena sessão plenária.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, eu não sei há quanto tempo existe o serviço de taquigrafia (depois preciso até me informar com as nossas competentes taquigrafas), mas, com certeza, é um instrumento muito positivo do Parlamento, porque é através da taquigrafia que tudo se registra, que tudo que é dito a qualquer dia, a qualquer momento fica arquivado nos Anais desta Casa.

Com muita frequência nós mesmos precisamos recorrer a esses registros, Deputado Antônio Carlos Vieira, para que o cidadão catarinense, que nos acompanha através da imprensa, através da TVAL, possa, pela análise do comportamento de cada Parlamentar, de cada posição dos Deputados na Casa, ver quem é coerente, quem faz o discurso fácil, quem, às vezes não tendo como justificar ações do Governo, discorre sobre assuntos, comete devaneios, atira pedras longe e depois as têm que recolher.

Na primeira semana de maio, Deputado Antônio Ceron, eu e outros Deputados manifestamo-nos, em várias oportunidades, quando descobrimos que o Governo do Estado estava destinando R\$920 mil para pagar um desenho com a grife de Oscar Niemeyer para o projeto da Escola de Balé Bolshoi, de Joinville! Novecentos e vinte mil reais pelos rabiscos, pelos riscos do desenho (não se trata do projeto, mas só da fachada), para ter a grife de Oscar Niemeyer!

E por conta dessa manifestação - não que eu tenho algo contra ao Oscar Niemeyer ou qualquer projeto arquitetônico desse renomado arquiteto -, eu entendia que havia outras prioridades. Por exemplo, pagar os agricultores do Programa de Reflorestamento, pois daria para atender a diversas famílias, repor os remédios dos diabéticos e hipertensos, e tantas outras ações que poderiam ser implementadas.

Os Deputados do Governo, não tendo como defender aquela ação, vieram a esta tribuna e, para justificar aquilo que apontamos como erro, apontaram o que julgavam como um erro do Governo anterior para justificar o seu.

E aí o Deputado Ronaldo Benedet, no dia 07 de maio de 2003, ocupando esta tribuna para rebater as nossas acusações, puxou o assunto Fórmula Renault, que foi quando eles acusaram o Governo passado, Deputado Altair Guidi, de ter liberado R\$900 mil para uma corrida de automóveis de duas horas, como disseram.

E assim se manifestou o Deputado Ronaldo Benedet, segundo os registros da nossa taquigrafia, no dia 07 de maio de 2003:

(Passa a ler)

"Mas eles se esqueceram que gastaram os mesmos R\$900 mil para patrocinar uma corrida de automóvel aqui em Florianópolis, uma tal de Copa Renault. E o Governo deles gastou R\$900 mil com isso, e a corrida já passou e ficaram só a poeira e a fumaça."

Depois disso, Deputado Antônio Carlos Vieira, nós continuamos sendo cobrados.

No dia 16 de maio o Secretário da Informação, Derly Massaud da Anúnciação, por quem tenho muito respeito e muita admiração, foi Autor de um artigo intitulado: Renault, Ícone e Grife, no qual cobrava e condenava mais uma vez a atitude do Governo Esperidião Amin de ter concedido R\$900 mil de patrocínio para a Fórmula Renault. E o que é mais grave, Deputado João Paulo Kleinübing, disseram que esse dinheiro foi liberado porque era para beneficiar a Prefeita Angela Amin.

Mais adiante, no dia 17 de maio, um empregado comissionado do Governo chamado Álvaro Junqueira, que eu não conheço, também escreveu um artigo sobre a Fórmula Renault. E lá pelas tantas do artigo, este comissionado disse o seguinte:

(Continua lendo)

"O que colabora para a sua ira veborrágica é a denúncia feita logo no início deste Governo de que no final de 2002 a Codesc torrou mais de R\$900 mil no patrocínio de uma corrida de carros de apenas duas horas. Será que a grife Renault vale tudo isso?"

Esse tal comissionado Junqueira não teve nem a criatividade para colocar palavras suas. Copiou, inclusive, palavras do Secretário Derly.

Depois de tudo o que disseram e fizeram, eu fiquei estarelecido quando li, primeiro, na coluna do Cacau Menezes, no domingo, a notícia do patrocínio deste ano - e o Cacau intitulou a sua nota de Ajudinha - e depois quando li a coluna do também competente jornalista Paulo Alceu, no Diário Catarinense de ontem, dia 27, com o título Justiça seja Feita.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Diante das notícias de que o atual Governo liberou R\$1,1 milhão para a tal corrida de carros de duas horas, que só deixa a fumaça e a poeira, eu quero ouvir V.Exa., Deputado Antônio Carlos Vieira. Mas creio que o Deputado Ronaldo Benedet tem que se explicar primeiro. Penso que o Deputado Ronaldo Benedet deve ter informações e eu gostaria de facultar-lhe a palavra, primeiramente.

(O Deputado Ronaldo Benedet manifesta-se no sentido de que não deseja usar da palavra.)

Então, com a recusa do Deputado Ronaldo Benedet, ouço o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Joares Ponticelli, as suas colocações são muito interessantes. Vamos ver ainda muito disso aqui. Quando se comentava o que o Governo passado fazia, naquela época falava-se que era "cara de pau", que tinha que colocar Jimo Cupim, mas agora acho que vai faltar Jimo Cupim nas prateleiras porque já há necessidade de os Deputados do Governo começarem a pedir desculpas pelos ataques ao Governo passado.

Inclusive Paulo Alceu, na sua coluna de hoje, diz realmente isso: "justiça seja feita". Creio que o Deputado Ronaldo Benedet não vai justificar. S.Exa. simplesmente vai dizer que como Deputado de Oposição, hoje Situação, criticava aquela ajuda, como hoje ele não foi ouvido para que o Governo atual desse ajuda para a nova corrida em Florianópolis.

Tranqüilamente, ele não tem culpa nenhuma, e por isso não tem razão para vir justificar porque quem fez foi o Executivo. S.Exa. não representa o Executivo e sim o Legislativo. S.Exa., como Deputado, coloca as suas posições, e contraditórias, e coloca muito bem a cara-de-pau em muitos Deputados - e agora também vai ficar com cara-de-pau. Mas ele vai cobrar o Jimo Cupim lá do pessoal do Governo, que está colocando nele agora!

Realmente nós temos muitas incoerências no Governo! Não é só essa, não! Vamos ter várias outras, com o passar do tempo, Deputado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu continuo insistindo, Deputado Antônio Carlos Vieira, que a continuar o atual Governo cometendo tantos erros como está, para que possamos cumprir o nosso papel de fiscalizador - esse é o principal papel da Oposição -, vamos precisar fazer, brevemente, uma alteração no Regimento Interno desta Casa.

Como só podemos usar da palavra uma vez em cada sessão, vamos ter que provocar umas três sessões ordinárias por dia para que possamos cumprir o nosso papel e mostrar para a sociedade catarinense a sucessão de erros deste Governo. Uma sessão ordinária por dia está sendo insuficiente para cumprirmos o nosso papel de fiscalizar e de tornar público os repetitivos equívocos que está promovendo o atual Governo, em não ter, até o presente momento, dito a que veio, a não ser para cumprir a sua obstinação de ocupar, mesmo que inconstitucionalmente, ilegalmente, um novo palácio.

Vou ficar aguardando a manifestação dos Deputados governistas com relação à Fórmula Renault, até para que eu entenda melhor o posicionamento de alguns e o funcionamento desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Como hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP, continua com a palavra o Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, na verdade, o Deputado Nilson Machado faria uso do horário do Partido, mas como tenho uma breve comunicação para fazer, se na seqüência o Deputado desejar usar o restante do horário do Partido, está à disposição.

Eu apresentei no dia 5 de junho último, Dia Mundial do Meio Ambiente, um projeto de lei que pretende instituir o plano estadual do gerenciamento costeiro em Santa Catarina.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, os Estados têm a obrigação de implementarem os seus planos estaduais de gerenciamento costeiro para que possamos organizar o planejamento, o desenvolvimento, o crescimento da região costeira do nosso País. Apenas dois Estados, até o presente momento, cumpriram esse dispositivo constitucional e implementaram os seus planos de gerenciamento costeiro.

A proposta que apresentamos foi amplamente debatida no Governo passado e durante três anos esta matéria esteve em debate. Várias audiências públicas foram realizadas, mas não se chegou a um entendimento, a um denominador comum para que a matéria pudesse ser remetida pelo Governo passado ainda em tempo hábil.

Por isso, como não sentimos por parte do atual Governo a iniciativa e a agilidade para encaminhar essa matéria para esta Casa Legislativa, resolvemos fazer esta provocação e no dia 5 último apresentamos a matéria, e começará agora a série de debates através de audiências públicas que pretendemos desencadear por todo o litoral catarinense.

Estamos organizando cinco audiências públicas neste primeiro momento, e vamos iniciar exatamente pela região Norte do Estado, mais precisamente pelo Município de São Francisco do Sul, até em homenagem àquele Município, que vai comemorar em janeiro próximo seus 500 anos de fundação, e depois disso vamos,

então, percorrer todo o litoral, recebendo as contribuições para que aperfeiçoarmos essa matéria.

Como é um projeto complexo, polêmico, e vai render muitos debates, vou voltar a este assunto com mais detalhes, e cedo o restante do horário destinado ao nosso Partido ao Deputado Nilson Machado para que ele se manifeste.

Muito obrigado
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Ainda dentro do horário destinado ao PP, com a palavra o Deputado Nilson Machado.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, público que nos acompanha, povo de Santa Catarina que nos assiste pela TVAL, início a minha fala comentando a respeito do episódio ocorrido na última quinta-feira no aterro da Baía Sul, em Florianópolis.

Mas, antes de falar o que aconteceu durante todo aquele dia com os meus funcionários de gabinete - negros -, inclusive com o meu motorista, e também com a Deputada Odete de Jesus e com o seu motorista, vou fazer uma leitura.

(Passa a ler)

"O Brasil de Lula vive o momento da esperança, após décadas de desmandado político. No entanto, o mundo, a partir das práticas autoritárias e sem nexos dos Estados Unidos, insiste em reviver as atrocidades da guerra. Parece que os mais de 50 anos de conflitos étnicos entre palestinos e israelitas não são suficientes para afastar as grandes potências da famigerada volta à barbárie. As bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki, campos de concentração, xenofobia, guerra no Golfo e o ataque terrorista às torres gêmeas, que deveriam servir de exemplo para nos afastar do conflito bélico, não passam de páginas viradas em livros empoeirados.

Não há exemplo que convença essas pobres mentes de que a guerra nunca foi ou será solução para resolução de qualquer tipo de problema que venha ocorrer entre os países. Os interesses econômicos não podem passar por sobre os direitos universais do homem, como também das nações.

Leonardo Boff, em sua peregrinação intelectual e religiosa pelo mundo, tem insistido no discurso e na prática da compaixão e do respeito à biodiversidade. Infelizmente, poucas pessoas no mundo têm dado ouvido a esse tipo de apelo. Paralelamente, o Continente africano, Afeganistão, Índia, Brasil e demais países lutam desesperadamente contra o exército da fome, que há anos vem mutilando e matando pessoas, retirando-lhes o direito de cidadania.

Neste sentido, para que serve a guerra? Nelson Mandela, ex-Presidente da África do Sul, em um de seus discursos, após 28 anos de prisão, orienta que ninguém nasce odiando o outro. Para odiar, as pessoas têm que ser ensinadas, e se são ensinadas a odiar, podem, necessariamente, ser ensinadas também a amar, pois o amor chega mais rápido ao coração de que o seu oposto. Essas palavras convergem diretamente com os ensinamentos

de Cristo. Não há interesse geopolítico econômico e/ou ódio que vença a força do amor ao próximo.

Os últimos acontecimentos em nível internacional, liderados pelos Estados Unidos da América, têm nos ilustrado algumas coisas bastante interessantes, uma delas é que não se pode, insanamente, impor ao mundo a dor da mutilação humana através da forma mais antiga e nefasta de se resolver problemas, ou seja, a guerra.

A força nunca suplantarão o diálogo, os que conspiram contra os interesses da humanidade terão que ser banidos do seu seio, colocados no ostracismo social.

Na atual sociedade ter é mais importante do que ser. Paradoxos modernos que nos limitam a pensar e agir conforme nossa humanidade".

Li isso, Srs. Deputados, porque na última semana dois funcionários desta Casa passaram por constrangimentos absurdos por causa da cor da pele nas mãos de policiais despreparados para o exercício de suas funções.

Nenhum procedimento legal foi utilizado para o sucesso da operação. O meu funcionário e o funcionário do gabinete da Deputada Odete de Jesus foram tomados por suspeitos e humilhados publicamente pela polícia, mesmo após terem se identificado, pelo simples fato de serem negros e estarem dirigindo um veículo de luxo.

Faz-se necessário, Srs. Deputados, na Semana da Consciência Negra que inicia no próximo mês de novembro, propormos alguns debates com a sociedade sobre o problema do racismo e da falta de políticas públicas em nosso Estado.

Ações como as que ocorreram não podem ser tomadas como normais ou como atitudes isoladas. Há que se chamar atenção dos responsáveis pela segurança pública do nosso Estado, que até este momento não se manifestaram sobre o episódio ocorrido. Ainda não tiveram a humildade de virem a esta Casa falar sobre o acontecimento.

Essa arrogância leva-me a pensar que se os comandados agem dessa forma preconceituosa e prepotente, é porque foram ensinados em suas respectivas academias ou os seus Comandantes liberam esse tipo de prática horrenda e desnecessária no interior da Corporação.

Chega! Eu não vou mais admitir, enquanto for um Parlamentar ligado às questões sociais e étnicas, principalmente à causa dos negros, que esse tipo de coisa volte a acontecer.

Esses policiais chegaram ao cúmulo de não me respeitarem! Eu sou um Parlamentar eleito pelo voto direto dos catarinenses e exijo respeito.

Eu li no jornal A Notícia a manifestação do assessor do Secretário João Henrique Blasi, de quem não deve não teme.

Gostei muito da resposta irônica do assessor, que inclusive diz responder pelo Secretário, ao relato feito aqui na sessão de quinta-feira pela Deputada Odete de Jesus, pelo Deputado Antônio Carlos Vieira e por mim: "Quem não deve não teme"!

Eu gostaria de pedir justiça e providência a esta Casa. Não estou pedindo que esses policiais sejam mandados embora, porque eu sei que são pais de famílias, mas eu preciso e exijo que o Comandante da Polícia Militar e o Secretário de Segurança Pública tomem providências pela forma arbitrária que está sendo usadas nas averiguações e nas blitzes de Florianópolis.

Por coincidência, esse final de semana não houve blitz em Florianópolis.

Para encerrar, peço que, através da Comissão de Segurança, realmente se tome providência enérgica, que corresponda a todo o trabalho, toda cultura, toda arte, todo o respeito que a raça negra precisa ter em Santa Catarina.

Santa Catarina é um Estado de etnias, e este Deputado aproveita, frente às câmeras da TVAL, para dizer ao Secretário João Henrique Blasi e ao Comandante da Polícia Militar que este Deputado, de pele negra, exige respeito à raça negra.

(O Deputado Nilson Machado pinta sua face com um pedaço de carvão.)

Essa cor é a do carvão, mas a cor da pele do negro foi Deus quem deu. Respeito a essa raça! E eu exijo justiça.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Nilson Machado, em nome da Mesa Diretora quero que V.Exa. saiba que nos solidarizamos com o que aconteceu e acreditamos que haverá alguma iniciativa por parte desta Casa, no sentido de solidarizar-se com V.Exa.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos 15 minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles e aquelas que nos acompanham através da TVAL, gostaria de aproveitar este momento do Partido dos Trabalhadores para trazer presente a esta Casa, acredito eu, uma grande proposta que diz respeito à descentralização e à democratização do ensino superior. Claro que quando falo do ensino superior, falo da universidade pública e de maneira muito especial do que compete a nós Parlamentares do Estado de Santa Catarina.

Tenho protocolado nesta Casa, e está tramitando nas diferentes Comissões, o Projeto de Lei nº 297, que trata exatamente das diretrizes e bases da educação superior no Estado de Santa Catarina. Todo projeto de lei está embasado e fundamentado na LDB, a Lei de Diretrizes de Bases, e ao mesmo tempo também à Lei Complementar nº 170, de 1998, que discorre sobre o Sistema Estadual de Educação.

Este projeto de lei tem sido nestes últimos 30 dias, de maneira muito especial na região do Oeste do Estado de Santa Catarina, na região do Vale do Rio do Peixe, debatido, refletido, com as mais diferentes lideranças, sejam elas agentes políticos, educadores, educadoras, estudantes de 2º grau ou de ensino médio ou estudantes universitários.

A aceitação da proposta da democratização do ensino superior está profundamente não só aceita, mas buscada historicamente de maneira muito especial por diferentes regiões do Estado de Santa Catarina.

O envolvimento, o empenho desta dívida histórica o setor público tem para com o povo do Estado de Santa Catarina e de maneira muito especial com a região do Oeste, do Meio-Oeste, a região do Vale do Itajaí, do Sul do Estado, com o Planalto Norte, enfim, são várias as regiões de nosso Estado que historicamente buscam e querem ter a mesma oportunidade de poder frequentar o banco universitário sustentado pelo Poder Público.

Hoje infelizmente a Universidade do Estado de Santa Catarina está presente aqui na Capital, em Joinville, no Planalto Serrano - Lages. E outras macrorregiões do nosso Estado infelizmente não têm a mesma oportunidade que essas regiões por enquanto têm.

O Projeto de Lei nº 297 vem exatamente recuperar esta dívida histórica que o setor público tem para com este povo. E propõe de imediato, através da reestruturação do ensino superior, termos contemplado no Estado de Santa Catarina quatro campos distintos, autônomos, para atender as demandas dessas quatro regiões. E depois impõe ao setor público para que de quatro em quatro anos possa levar também o ensino superior para as outras quatro regiões do nosso Estado.

É uma proposta ousada, mas não por causa disto ela leva em consideração as grandes camadas da nossa juventude excluídas de ter a oportunidade de poder frequentar o ensino superior, o ensino público de qualidade. Nós não queremos uma universidade de final de semana. Nós queremos um estudo regulamentado, onde nós, estudantes, possamos frequentar os bancos escolares como em outras regiões.

A Constituição, onde trata da educação, é bem clara e nos diz: "A educação é direito de todos e dever do Estado". No seu art. 206 diz ainda a Carta Magna: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios (...). E estabelece igualdade de condições para o acesso.

Aqui é que nós muitas vezes nos questionamos, nos interrogamos. Como um jovem do Oeste, do Extremo Oeste, do Vale do Rio do Peixe têm a mesma igualdade de condições para o acesso do ensino superior longe basicamente 600 quilômetros da universidade pública? Duas coisas básicas e fundamentais fazem a diferença: a distância e a questão econômica.

Quando a Constituição realça que a igualdade de condições para o acesso dever ser para todos, nós percebemos claramente que a Constituição não está sendo cumprida na sua essência, porque existe uma distância muito grande entre aquele que vive ao redor da universidade e aquele que vive a 700 quilômetros dessa mesma universidade.

E diz ainda o art. 206 da Constituição, inciso IV: "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais". A Constituição dá essa garantia de que aonde é administrado o ensino superior nos órgãos oficiais ele deve ser gratuito.

No entanto, nós percebemos que em alguns lugares oficiais distantes dos grandes centros, no interior do nosso Estado, está sendo cobrada a mensalidade de R\$120,00 para o aluno poder frequentar o ensino superior.

Diz ainda o art. 206, inciso VI que a gestão tem que ser democrática do ensino público, de acordo, é claro, com o que a lei estabelece. E por fim o inciso VII coloca a garantia de padrão de qualidade.

É isso que nós queremos, uma universidade que se preze exatamente pela sua qualidade, uma universidade que se preocupe com a questão científica, com a pesquisa, com a ciência e não para qualificar pessoas para atuarem nas dependências particulares, servirem de mãos qualificadas, de obra qualificada, a serviço de instituições privadas e preparados por recursos públicos.

Nesse sentido o projeto de lei quer simplesmente democratizar o ensino superior. E nós sabemos que essa dívida do setor público é histórica. Nós não olhamos só para o Estado, nós temos a nossa união, a universidade federal também centralizada em Florianópolis e nós temos que de fato fazer com que ela possa ser descentralizada. E nesse sentido o projeto de lei quer trazer o debate e dar oportunidade para que todos possam ter o acesso à educação superior.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Ouço com alegria V.Exa. e quero dizer que está em suas mãos também para receber o parecer o Projeto de Lei nº 297.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - O Sr. Deputado João Paulo Kleinübing, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, tem me contemplado com boas matérias. Confesso a V.Exa. que a matéria proposta pelo eminente Deputado que ora está debatendo na tribuna é uma matéria complexa, que vai exigir de nossa parte, na condição de Relator, um estudo intenso e profundo, a ovida da comunidade interessada e realizações de audiências públicas.

Estou me predispondo a debater, já temos convite da Udesc de Joinville e de Lages, e certamente vamos fazer um grande debate, porque sei que este é o interesse de V.Exa.

Quero cumprimentá-lo pela provocação, pela preocupação, porque também comungo da idéia que a Udesc, por ser custeada pelo erário, por ser custeada pelo Poder Público, precisa atender o maior número de catarinenses e estar presente fisicamente em todas as regiões de Santa Catarina.

A região prioritária para a implantação da Udesc é sem dúvida o grande Oeste de Santa Catarina, até porque esta Casa já manifestou quando da aprovação da Lei Complementar nº 243, do início deste ano.

Está previsto no Orçamento deste ano a implantação das unidades do curso da Udesc no Oeste do Estado, que defendo que sejam implantados imediatamente, porque depois, evoluindo a proposta de V.Exa., esses cursos seriam encapados por essa nova estrutura.

Nós temos pressa em ver esse compromisso com o Oeste resgatado, porque na sequência vamos iniciar uma luta para a implantação da Udesc no Sul de Santa Catarina, inclusive já há um movimento forte na comunidade de Urussanga, pois a Vereadora Isabel e outras lideranças de lá já estão se mobilizando.

Ontem contatamos no sentido de aquela estrutura, a estação experimental da Epagri, seja melhor aproveitada, numa parceria com a Udesc, para a implantação de cursos.

Portanto, é um debate bom, é uma boa proposta que V.Exa. apresenta para que possamos priorizar este debate tão necessário. Parabéns!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Acredito que o projeto venha realçar o nosso Parlamento com esses debates preciosos, profundos e de grande interesse para a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado João Rodrigues, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, gostaria de aproveitar esta oportunidade para registrar a presença na Casa de uma comitiva da cidade de Chapecó, do Distrito de Alto da Serra, que vem em busca da sua futura emancipação. Essa comitiva em capitaneada pelo Vereador Marquês, que é do Partido dos Trabalhadores de Chapecó.

Gostaria nesta manifestação de hoje trazer um assunto que já discutimos em várias oportunidades nesta tribuna. E pela primeira vez que levantei a preocupação em nome da grande região Oeste catarinense, falei naquela oportunidade que o pior ainda não tinha acontecido.

Quando abordei o assunto fui criticado e tivemos até um momento de um debate mais acirrado nesta Casa por parte do Partido dos Trabalhadores, que me contestaram na época.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o tempo passa. De lá para cá coisas aconteceram. O nosso glorioso Frigorífico Chapecó é um assunto que já discutimos, debatemos. Fizemos inúmeros apelos para que Bancada do Partido dos Trabalhadores, que é aliada do Governo do nosso glorioso Presidente Lula, fizesse o necessário para que houvesse, há sete meses, a intervenção do Governo Federal, através do BNDES, e não permitisse que aquele que é, ou melhor, era, um dos maiores patrimônios da indústria do Oeste catarinense, o Frigorífico Chapecó, fechasse as suas portas; que houvesse então as intervenções necessárias para que o nosso Frigorífico Chapecó continuasse gerando os milhares de empregos que gerava direta ou indiretamente.

Fui contestado. Em várias oportunidades manifestações eram feitas desta tribuna dizendo que o Governo não poderia

interferir a favor de uma empresa, que o Governo e o BNDES não poderiam injetar recursos ou fazer qualquer outra ação para salvar o Frigorífico Chapecó. Esta foi a explicação da época.

O tempo passou, e nós observamos (até comentávamos há poucos instantes com o Deputado João Paulo Kleinübing) que o mesmo BNDES, do mesmo Governo, do mesmo PT, Deputado Joares Ponticelli, ao invés de salvar o Frigorífico Chapecó e os seus 5.000 empregos que geravam o desenvolvimento daquela região, optou por fazer investimentos como, por exemplo, na Venezuela, optou por liberar recursos para outros países, optou por fazer as suas ações e a sua filantropia com o dinheiro do povo brasileiro em outras nações.

Mas a melhor, a mais bela e a mais positiva ação que poderia ter sido feita para o povo brasileiro e para parte dos brasileiros que são da terra do quase ex-Ministro da Pesca não foi feita, passou batida e de uma forma ignorada. O tempo passou.

Inegavelmente o mandatário da cidade de Chapecó, o Sr. Prefeito Municipal, não tem medido esforços para buscar a solução para o problema. Em dado momento era tanta a sua certeza de que o seu Governo o atenderia, aquele Governo que se diz o Governo do pequenos, do pequeno produtor, do pequeno agricultor, que ele estampou a cidade de Chapecó com *outdoors*, poluiu a mídia local, e as emissoras de televisão e rádio locais já estavam comemorando a vitória por estar salvo o Frigorífico Chapecó, o que serviu de acomodação, de comemoração por parte dos operários da empresa e dos integrados.

Mas tudo não passou de propaganda enganosa. O frigorífico fechou as suas portas, os desempregos aconteceram, a cadeia produtiva faliu e milhares de pais de família estão desempregados. Inclusive, hoje à tarde, Deputado Antônio Carlos Vieira, na cidade de Xaxim (onde foi gerado um nível de desemprego só dentro do Frigorífico Chapecó de mais de 1.000 pais de família) está sendo feito um grande protesto, um grande manifesto, envolvendo todas as entidades daquela cidade, pedindo clemência, pedindo que este Governo, que é presidido por um *pop star*, dirija as suas ações para este povo e gere os empregos que havia prometido e não o desemprego que está sendo praticado neste País.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado João Rodrigues, V.Exa. me perdoe, mas quando da visita do Presidente Lula a Santa Catarina, recentemente, ele esteve na abertura da Oktoberfest, em Blumenau, e depois foi a Chapecó, aonde, do palanque, observando várias faixas com relação ao Frigorífico Chapecó, ele deu um recado (isso está gravado) a todos: que enrolassem as faixas e procurassem produzir mais, porque o Frigorífico Chapecó estava salvo. Ele não ia deixar aquela empresa, que muita riqueza gerou para o Oeste catarinense, quebrar!

No entanto, V.Exa. me dá uma informação totalmente diferente daquela que eu tinha memorizado, isto é, que o Presidente, saudado pela população e pelo Prefeito entusiasticamente do palanque, havia garantido que os produtores e os credores do Frigorífico Chapecó enrolassem suas faixas porque a solução já tinha sido encontrada!

Então, repito, V.Exa. me dá uma informação totalmente diferente daquela que eu tinha até agora! Então, não houve, efetivamente, solução para o Frigorífico Chapecó?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Em absoluto! Até o presente momento, Deputado, tem sido assim: enrolem as faixas, guardem as energias para voltar a produzir! Os agricultores e os produtores enrolaram as faixas, mas até agora não se está produzindo absolutamente nada, porque o frigorífico está fechado, parte do patrimônio está sucateado e a cadeia produtiva não existe mais!

Quero até dizer aos Srs. Deputados que a informação que o Presidente passou dizendo que o problema seria solucionado dá a impressão de que ficou sabendo da crise do Frigorífico Chapecó, quando veio para a Oktoberfest e para a abertura da Efapi! Mas ele tem um Ministro de Chapecó com quem joga futebol pela manhã e com quem come picanha aos domingos! A não ser que o Ministro esteja com problema de dicção, certamente já deve ter informado ao Presidente acerca da falência do Frigorífico Chapecó!

Então, o Presidente deveria ter tomado uma providência há sete meses e viabilizado, através do BNDES, que o Grupo Pamplona, através do Sr. Jaci, comprasse o Frigorífico Chapecó! Ele foi ao Rio de Janeiro e apresentou uma proposta de compra ao banco. Eu estava presente, juntamente com os Deputados Federais Gervásio Silva e Odacir Zonta, quando o BNDES se recusou a receber a proposta de compra por parte de um grupo brasileiro! O BNDES não aceitou nem o pedido de compra! Se o Governo Federal tivesse compromisso com o produtor, com o trabalhador teria cedido, teria feito algumas concessões para que o Grupo Pamplona assumisse o Frigorífico Chapecó, que não teria fechado suas portas e estaria gerando empregos até hoje, Deputado Antônio Carlos Vieira!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado João Rodrigues, mas a informação era de que o BNDES já tinha acertado, inclusive, um deságio para o pagamento da dívida do Frigorífico Chapecó com aquele banco (algo em torno de 95% de deságio) e que dependia tão-somente de mais dois bancos também concederem o deságio: o Banco do Brasil e o Banco do Estado de Santa Catarina!

Mas V.Exa. me dá a informação de que não houve, absolutamente, nenhuma solução?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Até este momento, não! Há negociações, mas até este momento nada de concreto no sentido da solução foi conseguido!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Então, os produtores têm que abrir novamente as faixas?!

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Têm que abrir novamente!

Sr. Presidente, eu fiz questão de trazer este assunto novamente à tona, a fim de que os nobres Parlamentares avaliem muito bem o que uma região está pagando! Há oito meses a questão vem sendo empurrada com a barriga, os bancos estão cobrando altos juros dos produtores que financiaram os seus equipamentos, mas até agora não há solução alguma!

E, hoje, Xaxim se manifesta repudiando o atraso na definição da crise do Frigorífico Chapecó!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes que eu comece a abordar o tema que me trouxe a esta tribuna no dia de hoje, quero responder ao Deputado Joares Ponticelli que quando me manifestei - e nós temos que entender o discurso do Deputado no contexto -, quando fiz a comparação nesta Casa em relação a uma obra monumental, eu me lembro muito bem, que seria a questão do patrocínio do Governo do Estado em relação à cancela e ao projeto feito por Oscar Niemeyer para a cidade de Joinville, para o povo de Santa Catarina, que iria se imortalizar, foi para fazer um comparativo entre o que o Governo passado gastou com a Fórmula Renault, que não sei se foi para a Fórmula Renault, é um questionamento, e o gasto que seria para eternizar uma obra em Santa Catarina.

Neste sentido que foi colocado, repito e reafirmo. No comparativo entre as duas, acho muito mais importante uma obra que iria se imortalizar para Santa Catarina.

O Governo, por cautela, acabou não fazendo, cancelando aquele decreto em função dos debates e da polêmica criada.

Mas o Governo do Estado, Deputado, segundo informações que colhi diante da colocação de V.Exa., ainda não fez nenhum contrato, não repassou nenhuma verba à Fórmula Renault. E nós vamos trazer a colação num outro momento, que V.Exa. provavelmente terá surpresa ao saber o que aconteceu no ano passado ou no tempo do seu Governo com esse dinheiro da Fórmula Renault.

Voltaremos para falar no momento oportuno a este respeito.

Mas eu sei que o objetivo estratégico de V.Exa. era tentar ver se nos colocaria numa saída justa por causa desse tema, porque sabia que nós íamos vir a esta Casa em função do que os jornais divulgaram, semana passada, em relação à questão desse absurdo, dessa vergonha.

Por isso que nós temos que ser contra as oligarquias, porque gente da mesma família governando em instâncias diferentes dá nisso: dá protecionismo, dá irregularidade, dá fraude administrativa, dá prejuízo ao Governo do Estado, dá prejuízo ao povo de Santa Catarina!

Então, entendemos que a estratégia do Deputado Joares Ponticelli foi no sentido de tentar, como sempre, jogar a fumaça para um lado, fazer o movimento da sua pouca cavalaria para levantar poeira, tentando atrair para o lado oposto do que era para ser feito.

Nós temos aqui a questão do Ipsc. Este absurdo que foi praticado no Governo passado, no apagar da luzes, para proteção exclusivamente da administradora atual da Capital que, por coincidência, era esposa do ex-Governador, que assinou um decreto para protegê-la.

O Instituto de Previdência do Estado vem tentando há muitos anos receber o que as Prefeituras lhes devem. Os débitos envolvem principalmente contribuição da Previdência, cota patronal e consignações.

Os parcelamentos até o início de 2002 vinham sendo feitos conforme a capacidade de endividamento das Prefeituras em até cem meses. O Ipsc conseguiu firmar parcelamento com 38 Prefeituras que começaram a pagar com maior ou menor pontualidade.

Até o dia 28/11/2002 o Governador Esperidião Amin aditou o Decreto nº 5.940, estendendo para 240 meses. Isso dá 20 anos. O prazo para as Prefeituras pagarem suas dívidas ao Ipsc, independentemente da sua capacidade de pagamento.

Ainda em dezembro de 2002, as Prefeituras de Florianópolis, Anitápolis, Biguaçu, Governador Celso Ramos, São José, Major Gercino e Imaruí fizeram um novo parcelamento aproveitando para aumentar o número de parcelas. Só que Florianópolis incluiu no seu termo de confissão um absurdo de parcelamento, uma cláusula que tem servido de justificativa para que não seja feito qualquer pagamento.

A Prefeitura alega que tem direito a uma compensação pelo término do convênio com o Ipsc. Na verdade, é o Ipsc que continua arcando com o pagamento de todas as 193 pensões da Prefeitura de Florianópolis no valor de R\$196 mil mensais. Para que tivesse direito a qualquer compensação, a Prefeitura deveria ter assumido esse ônus. Mesmo assim, não existe legislação que discipline a matéria.

A cláusula é absurda, pois segundo ela, não paga enquanto não houver compensação, enquanto não houver um acerto. A Capital não acerta, o Governo da Capital não acerta e não tem que pagar! É um contrato feito não só de pai para filho, é de marido para mulher.

"o Ipsc tem hoje a receber de 38 Prefeituras R\$22,7 milhões. Várias estão honrando os parcelamentos com pontualidade". Menos a Capital, que nem começou a pagar.

Mas agora pasmem, Deputados! "Mas a maior devedora, Florianópolis (R\$20,1 milhões), responsável por 91,7% do que o Ipsc tem a receber das Prefeituras, não pagou uma única parcela, mesmo tendo sido beneficiada, no apagar das luzes do Governo anterior, por um decreto que estendia seu prazo para 24 meses.

O Ipsc está tomando medidas judiciais e extra-judiciais para comprovar que a Prefeitura de Florianópolis não assumiu qualquer ônus que seria do Ipsc."

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Concederei depois um aparte a V.Exa.

O Governo passado desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal praticando ato criminoso, considerado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ao não assumir o que a lei assim prevê. Praticando este ato, tentou colocar algumas Prefeituras que deviam alguns poucos reais para proteger a Prefeitura da Capital em detrimento do Ipsc, em detrimento da administração pública estadual, em detrimento do Governo do Estado, afundando ainda mais o Ipsc, procurando leva-lo à quebra, à bancarrota.

Essa questão é fundamental. Este é um panamá feito no Governo passado que não podemos aceitar. Um panamá de protecionismo familiar e protecionismo para concentrar na Capital recursos em detrimento do interior do Estado, porque assim o Estado tem que estar cada vez mais subsidiando o Ipsc de Santa Catarina.

Os jornais, praticamente todos os maiores jornais de Santa Catarina, estamparam essas questões no final da semana passada. O Governador Luiz Henrique da Silveira fez um decreto anulando esse absurdo, decreto feito no apagar das luzes do Governo passado, com o exclusivo objetivo de proteger o atual Governo da Capital.

Tenho certeza de que se o Governo da Capital fosse do PMDB ou do PT jamais teria recebido tal benefício do Governador após o resultado das urnas, quando já estava derrotado, após saber o dia que ele iria deixar o Governo, porque não contava em perder a eleição passada. Aí ele praticou esse panamá em desrespeito total à Lei de Responsabilidade Fiscal, que considera como crime essa prática feita no último quadrimestre de Governo, no apagar das luzes de um Governo que já estava findando e que já era um Governo agonizante, deixando mais e mais dívidas para o Estado de Santa Catarina.

Deixando restos a pagar previstos como total irregularidade e prática absurda, que não são mais permitidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Mas vou conceder um aparte a V.Exa., para que possa tentar dar uma explicação, uma vez que V.Exa. tentou dizer que este Deputado tem cara de pau.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Deputado Ronaldo Benedit, agradeço a V.Exa. pelo aparte, mas em 30 segundos posso dizer que a cara de pau continua. Gostaria de saber qual é a data do contrato da Prefeitura Municipal de Florianópolis com o Ipsc. V.Exa. tem cópia do contrato? Foi antes ou depois do decreto? Ou V.Exa. não sabe? V.Exa. nem sabe a data em....

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - É anterior. Nem o contrato existia ainda. Este que é o absurdo...

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concedeu um aparte. Então, veja que foi em abril o contrato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e o decreto foi citado em novembro de 2002, portanto, o contrato foi antes do decreto.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu quero entender o argumento de V.Exa., mas, primeiramente, o decreto não vale, o Governador não poderia jamais ter feito o parcelamento sem a autorização legislativa da Assembléia Legislativa.

Em segundo lugar, se pudesse ser por decreto o contrato só poderia ter sido feito depois do decreto, jamais antes, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Então, V.Exa., que conhece muito a área financeira, não poderia vir com um argumento desse neste momento porque...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o Deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me faz assomar à tribuna nesta tarde é a preocupação que tenho com a região Serrana, a que mais produz árvores para a transformação de madeira, o pinus.

Na região Serrana está concentrada toda ou quase toda a produção de madeira de pinus. Hoje é produzida e plantada em aproximadamente 530 mil hectares da região Serrana a madeira de pinus.

Essa madeira transformou-se na fonte de renda de toda a região Serrana. Precisamos ter um meio de conduzir esse plantio, esse manejo de forma organizada; precisamos criar um centro de pesquisas em nossa região, juntamente com a Epagri, para que possamos controlar esse plantio altamente rentável em nosso Estado, principalmente na região Serrana, por questões de clima, de chuvas que são regulares, proporcionando uma produção maravilhosa comparada a Europa, e na minha cidade, na região Serrana, o corte do pinus dá-se num período bastante curto.

Mas esse plantio, essa vocação da região Serrana de produzir pinus tem nos preocupado muito. Esse plantio transformou-se numa monocultura e toda monocultura cria problemas. O dia em que essa espécie, essa cultura for comprometida, como já está acontecendo com relação ao ataque da vespa no pinus, e ultimamente tem um pulgão atacando esse tipo de floresta, comprometerá toda a economia da região.

Então, não podemos estar alheios a isso. Temos que criar um centro de pesquisas que possa desenvolver e apreciar todas as novas espécies de floresta para que sejam plantadas na região Serrana, para que não fiquemos dependentes dessa monocultura de pinus.

No horário da Explicação Pessoal eu irei, detalhadamente, Deputado Antônio Ceron e demais Deputados, externar mais a maneira como faremos, como criaremos um Centro de Pesquisa e Estudos Florestais para Santa Catarina, junto à Epagri da cidade de Lages, onde já temos um laboratório de biotecnologia que será inaugurado no dia 04 de novembro.

Nesse dia daremos como sugestão ao Governo do Estado a criação de um Centro de Pesquisa para trabalhar sobre a questão das florestas de clima temperado, para que tenhamos novas opções de árvores para corte, para que não possamos ficar nessa monocultura que está agredindo todo o meio ambiente paisagístico natural da flora e da fauna, enfim, temos que ter outras opções econômicas para não ficarmos tão somente à mercê do pinus.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Abaixo-Assinado nº 0022/1995, o qual será arquivado, de autoria da Comissão Emancipacionista.

Este processo consta de dois volumes.

Comunica, outrossim, que Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício nº 0065/2003, de autoria da Secretaria de Estado da Fazenda.

Votação e discussão em turno único do Projeto de Lei 0300/2003, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Pinhalzinho para a construção da Delegacia de Polícia Civil.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs: 573/2003, de autoria do Sr. Deputado Volnei Morastoni; 574/2003, de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet; 575/2003, de autoria do Sr. Deputado Volnei Morastoni; 576/2003, de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori; 577/2003, de autoria do Sr. Deputado Reno Caramori, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Conforme o Regimento Interno desta Casa, se o Primeiro vice-Presidente estiver presente, deve assumir a Presidência. Portanto, passo a Presidência ao Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Embora o Segundo vice-Presidente, que é o substituto legal do Primeiro vice-Presidente, poderia dar continuidade à sessão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Mauro Mariani, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Prefeitura Municipal de Itaiópolis, felicitando pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Banco Central do Brasil, pedindo cópia das decisões proferidas em que o Banco do Estado de Santa Catarina S/A, pela ação de seus ex-administradores, relativamente aos processos referidos, tenha sido penalizado financeiramente, com o objetivo de se examinar a possibilidade de medidas judiciais cabíveis.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu consubstancio este meu requerimento nas seguintes razões:

(Passa a ler)

"A federalização do Besc - Banco do Estado de Santa Catarina S/A -, ocorrida em 2000, já ensejou a abertura de uma CPI nesta Casa e até hoje suscita debates sobre a real situação daquela instituição quando a citada federalização foi apresentada como único remédio para evitar sua liquidação extrajudicial.

Quatro processos administrativos foram instaurados para apurar irregularidades de ex-administradores do Besc, que receberam os nºs: 0001026454, 0001036485, 0101097253 e 0001021357.

Há informações esparsas dando conta de que 45 ex-administradores são alvo dos processos em foco, tendo sido listadas, dentre outras, as irregularidades:

1 - Celebração de operação de crédito sem observância dos princípios gerais de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de risco, constituindo-se em infração grave na condução dos interesses da sociedade;

2 - Falta de provisão para perdas em operações de crédito de retorno duvidoso, renovadas ou renegociadas, sem garantia ou com garantia insuficiente;

3 - Celebração de operações de crédito com aumento do nível de endividamento de tomadores inadimplentes, constituindo-se em infração grave na condução dos interesses da sociedade;

4 - Concessão de desconto sobre saldo devedor de operação de crédito, sem fundamentação técnica, constituindo-se em infração grave na condução dos interesses da sociedade;

5 - Celebração de operações de crédito em desacordo com os pareceres técnicos, constituindo-se em infração grave na condução dos interesses da sociedade;

6 - Falta de adoção de procedimentos para cobrança de operações de crédito, especialmente aquelas amparadas por garantias reais, constituindo-se em infração grave na condução dos interesses da sociedade;

7 - Publicação de demonstrações financeiras elaboradas em descordo com as normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional, pela falta de suficiente provisão para perdas em operações de crédito, configurando, ainda, prestação de informação inexata a este Banco Central (referente aos balanços de 12/96 a 06/98);

8 - Publicar, em 01/09/95, 02/05/96 e 31/06/96, informações referentes aos preços aceitos nas ofertas públicas de vendas de Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina, como resultado de leilões primários promovidos por essa instituição, nos quais inexistiram licitantes;

9 - Dissimular custos ao erário estadual, através de conjunto de operações estruturadas de compra e venda de títulos de emissão do Estado de Santa Catarina, atuando em convênio e prestando assessoria e aconselhamento a este Estado na colocação de seus títulos no mercado primário e secundário, face aos deságios pactuados e a subsequente cadeia de vendas até o comprador final. Tais operações foram viabilizadas pelo Besc, a partir do registro na SELIC pelo valor de liquidação, divergente do efetivamente negociado nos contratos de Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina;

10 - Participar em operações de empréstimos ao Estado de Santa Catarina sem a devida autorização legislativa e sem registro neste Banco Central;

11 - Participar de sistemática operacional idealizada com o propósito de propiciar a emissão, colocação e negociação irregulares de títulos públicos, atrelados ao pagamento de precatórios judiciais, com o objetivo de proporcionar, a diversas pessoas físicas e jurídicas, a obtenção de ganhos ilícitos, em detrimento de Estados e Municípios.

Considerando-se tratar de assunto de mais alta relevância, pelo que representa o Banco do Estado de Santa Catarina S/A - Besc -, para a sociedade catarinense;

Considerando notícias publicadas no jornal 'A Notícia', nos dias 26/09/2003, 23/10/2003 e 26/10/2003, dando conta de que o Banco Central do Brasil já teria, em seu âmbito, procedido decisão nos citados processos administrativos;

Isto posto, eu requero, Sr. Presidente, com amparo no art. 200 e seguintes do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central do Brasil o presente requerimento para que aquela instituição encaminhe cópia das decisões proferidas em que o Banco do Estado de Santa Catarina S/A, pela ação de seus ex-administradores, relativamente aos processos referidos, tenha sido penalizado financeiramente, com o objetivo de se examinar a possibilidade de medidas judiciais cabíveis."

Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, tenho interesse, como ex-Secretário, como pessoa que tocou o processo de federação do Besc, de que essas decisões sejam de conhecimento público, passando a ser de conhecimento principalmente desta Casa Legislativa e, por consequência, da população catarinense.

Por isso é que eu faço este apelo e apresento este requerimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, fico satisfeito que o Deputado Antônio Carlos Vieira tenha trazido a esta Casa este tema, já que fui Relator da CPI do Besc.

Sou favorável e votarei a favor do requerimento do Deputado Antônio Carlos Vieira, mas quero sugerir que nele fossem incluídos os motivos da intervenção do Besc em 1986, para saber as origens da quebra do Besc, para saber de onde veio a origem de uma dívida de mais de R\$2 bilhões que os catarinenses têm que pagar, para saber quem quebrou o Banco em 1986, quando o falecido Pedro Ivo Campos, em 1987, assumiu o Governo e recebeu um Banco quebrado, destruído. E aí teve que saneá-lo e novamente o Banco do Estado de Santa Catarina voltou, meio cambaleando.

E ao longo da história os ex-Governadores Pedro Ivo, Vilson Kleinübing e Paulo Afonso tiveram, com sacrifício, de fazer um PDI para demitir os funcionários, de forma incentivada, gastando o dinheiro do Banco. E o Banco pagando esse PDI, que não custou nada ao Estado de Santa Catarina. Mas o Banco pagava para manter os apaniguados admitidos nas eleições, que estavam dentro do Banco em 1985, porque foi a desgraça do apaniguamento político das oligarquias que quebrou esse Banco, transformando-o num cabide de empregos.

Portanto, é necessário que nesse requerimento isso esteja incluído e que o Banco Central vá buscar informações no seu histórico para dizer onde que está a origem da quebra do Banco do Estado de Santa Catarina, este orgulho para os catarinenses e que hoje está aí nesta situação de federalizado: um Banco que em 1998 tinha uma proposta do Banco Central para se regularizar e que o Governo do Estado não precisaria colocar mais do que R\$50 milhões, dinheiro que o Estado paga hoje de dívidas!

Mas o Governo passado entendeu de forma diferente e quis, na verdade, com o momento que o Brasil vivia, federalizar o Banco para a posterior privatização. Não aceitou e não praticou o que estava sendo realizado, que era um projeto de saneamento do Banco do Estado de Santa Catarina.

Deputado Rogério Mendonça, o Banco do Estado de Santa Catarina foi objeto de politicagem, foi objeto de apaniguamento político, foi objeto de emprego e foi usado para tentar ganhar eleições ao longo da história de Santa Catarina, infelizmente por pessoas e por Governos aqui defendidos hoje, mas que, na verdade, se beneficiaram disso tudo e ainda hoje querem vir posar nesta Casa de bons moços.

Essa gente ajudou a quebrar esse Banco, porque não é fácil mexer em bilhões! É muito fácil, com a dialética da boa conversa e do conhecimento de finanças, vir aqui falar para o povo de Santa Catarina em bilhões e em termos técnicos. Mas o povo catarinense sabe muito bem, Deputado Rogério Mendonça, o que aconteceu com o Banco em 1986 e o que sobrou para o falecido Pedro Ivo Campos, em 1987.

Só um homem como Pedro Ivo podia reerguer e salvar o Besc naquele momento, já que lhe foi deixada uma armadilha, uma bomba relógio para estourar na sua mão. Mas tendo em vista toda a confiança que o Governo Federal colocava na pessoa séria e digna de Pedro Ivo, o Banco Central, na época do Governo Sarney, disse que ele merecia a credibilidade, porque Santa Catarina, infelizmente, estava sem credibilidade.

Até cheque sem fundos do Governo, em 1987, Pedro Ivo herdou! Esse cheque sem fundos, essa insolvabilidade do Banco... E as normas não eram tão rígidas como hoje, porque todos da época, se fossem os tempos de hoje, provavelmente, frente à Lei de Responsabilidade Fiscal, estariam presos, tamanha era a fraude, a irregularidade e o absurdo que foram praticados naqueles idos de 1986. E em 1987 foi entregue aquilo que não era mais Banco, e sim um monte de dívidas para Pedro Ivo administrar, que era o Besc.

Por isso, temos que deixar claro que nós, que conhecemos a história desse Banco e que participamos da CPI do Besc como Relator e elaboramos um relatório de mais de 200 páginas, não vamos ser contra um requerimento, Deputado Antônio Carlos Vieira. Mas seria bom que ele se aprofundasse e que o Banco Central mandasse as informações do passado que causaram a desgraça do Besc e que deram até origem a um livro que foi escrito por um jornalista contando toda a história da Instituição, não dessa última federalização, mas daquele primeiro momento, em 1987, ou seja, de um Banco que foi criado para desenvolver Santa Catarina e não para fazer politicagem, para fazer empreguismo e para ser usado para ganhar eleições. Essas pessoas não tinham ainda condições de ganhar eleições e somente com o dinheiro do Banco, fazendo empréstimos absurdos...

Lembro-me, em Criciúma, o que se usou do Besc para ganhar as eleições em 1982 e o que se usou, posteriormente, na eleição para Prefeitura da Capital, em 1985. Recordo bem do trem da alegria de empregos que foram dados para tentar ganhar de Edison Andrino as eleições para a Prefeitura da Capital, e mesmo assim não conseguiram.

Isso tudo está na história política do Besc, que é o resultado da sua histórica econômica. E hoje querem trazer apenas as questões recentes. É bom buscarmos o passado inteiro do Besc, para reavirmos a memória. Temos que mexer naquilo que já foi enterrado, como se fôssemos arqueólogos para buscar as verdadeiras origens da raça humana. Só através da arqueologia política é que vamos desenterrar os podres que estão lá desde 1986 e 1987.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Ronaldo Benedet, V.Exa. foi o Relator da CPI do Besc na Legislatura anterior e tivemos a oportunidade de acompanhar o relatório feito com muita seriedade e com muita precisão, já que a CPI passou meses nesta Casa com assessoria e com técnicos para levantar os problemas que motivaram a federalização do Banco do Estado de Santa Catarina.

E ninguém melhor do que V.Exa., que acompanhou aquele processo da CPI e que apresentou um relatório de muita qualidade, para vir aqui e tomar um posicionamento da nossa Bancada com relação a este episódio.

Deputado Ronaldo Benedet, nós, que somos do PMDB, Partido que hoje governa o Estado, temos também a responsabilidade sobre muitas coisas, mas a marca do ex-Governador Esperidião Amin em relação ao Besc realmente é muito forte. No seu primeiro Governo, em 1987, o Banco teve uma intervenção decretada pelo Banco Central. E por quê? Porque ele verificou, nos quatro anos do primeiro mandato do ex-Governador Esperidião Amin, os desmandos, os pagamentos sem provisões de fundo que eram feitos sempre através do Banco. Toda situação que foi colocada em relação ao Banco do Estado de Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Quero fazer uma advertência: o assunto que está sendo discutido é o do requerimento e não da CPI do Besc. Permiti que V.Exas. continuassem o assunto, mas quero advertir que o assunto que está sendo discutido é o do requerimento, ou seja, se vem ou não o relatório!

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Sr. Deputado Joares Ponticelli, para discutir o requerimento.

Faço novamente a advertência de que este Presidente vai cumprir rigorosamente o Regimento Interno. O assunto que está sendo discutido é o requerimento e não a CPI!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, foi exatamente por isso que solicitei ao Deputado Antônio Carlos Vieira que me fornecesse a cópia do seu requerimento, porque eu também observei, assim como V.Exa., que o que estava sendo dito aqui pelo Deputado Ronaldo Benedet não tinha nenhuma ligação com aquilo que o Autor queria.

O Deputado Antônio Carlos Vieira apresentou um requerimento, em função de notícias que foram veiculadas neste último final de semana, fazendo uma série de questionamentos. E naturalmente esta decisão do Banco Central, se remetida a cópia ao Deputado Antônio Carlos Vieira e, por consequência, a todos os Parlamentares desta Casa, vai responder muitas questões, não só as que aqui estão, mas outras que certamente vão ser repercutidas.

Inclusive, Deputado Onofre Santo Agostini, muitos dos questionamentos levantados pelo Deputado Ronaldo Benedet também serão respondidos, se esse requerimento for acolhido.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Estranhei muito as colocações do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, porque uma coisa não tem nada a ver com a outra. O que eu coloquei foi sobre os processos que foram abertos contra os quatro ex-administradores. Ele citou a CPI, da qual ele foi o Relator. Acredito que ele foi eficiente e diligente no sentido de que as conclusões daquela CPI tenham tido cor, tenham sido encaminhadas ao Banco Central e tenham sido feitas todas as tratativas necessárias para apurar as responsabilidades.

Que não queira agora desenterrar aquela CPI para apontar aquelas providências que ele devia ter feito como Relator. Não entendi absolutamente nada!

Quero dizer que, como Relator da Dívida Pública, ele pode verificar que entre as dívidas do Estado está a dívida contraída em 1987/1988 para pagamento das contas do Banco do Estado. Ele vai verificar que dependeu somente de alguns requerimentos e de alguma assunção de dívida.

Agora, causou-nos espécie a posição do Deputado de querer remontar o assunto a 1987, quando nós estamos tratando de um assunto bem atual. Vamos discutir a atualidade, vamos discutir o assunto hoje. Qual foi a decisão? Inclusive, eu enumerei as várias irregularidades apontadas pelo Banco Central! Eu não estou falando de irregularidades apontadas pela CPI! Se o Deputado desejar, ele pode fazer um requerimento igual, que eu também aprovarei. Mas esses aí são casos específicos indicados pelo próprio Banco Central, recentemente.

O que eu desejo, Deputado Joares Ponticelli, é que o Banco Central informe a todos os Srs. Deputados e à sociedade catarinense o que ele acha da administração anterior até 1998 com relação ao Banco do Estado de Santa Catarina. Ele vai nos dar as informações necessárias, através da leitura dessas decisões.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu agradeço, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Essa informação é necessária, até para resolver essa inquietação do Deputado Ronaldo Benedet, que à época da CPI não tinha como responder a todos esses questionamentos que faço, porque ainda não havia a manifestação conclusiva do Banco Central com relação aos ex-administradores.

Agora, não, pois já existe sentença e nós já temos condições de saber quem são os ex-administradores que foram punidos e qual é a punição de cada ex-administrador.

Eu não sei por que essa preocupação do Deputado Ronaldo Benedet em vir aqui desvirtuar completamente o assunto. O Deputado Antônio Carlos Vieira só quer a relação de quem são os ex-administradores do Besc que tiveram a sentença com

relação a sua passagem pelo Banco? Ele quer saber de todos! É isso que o Deputado Antônio Carlos Vieira está perguntando. E quer saber qual é a pena que está sendo imputada a cada um.

Eu só espero, Deputado Antônio Carlos Vieira (e vou ficar aguardando ansiosamente esta resposta e também quero pedir desde já que V.Exa. me conceda uma cópia, assim que chegar a esta casa), não encontrar nesta relação o nome de pessoas que tenham passado pela administração do Banco e que estejam servindo ao atual Governo.

Eu só espero que não haja nesta relação dos punidos pelo Banco Central, pela forma como conduziram o Banco do Estado de Santa Catarina, nomes de integrantes do atual Governo do PMDB, porque, sinceramente, Deputado Antônio Carlos Vieira, se nós encontrarmos o nome de membros do atual Governo nesta decisão do Banco Central, aí nós vamos ter que nos preocupar ainda mais e vamos ter que intensificar o nosso trabalho de fiscalização.

Eu senti aqui uma preocupação muito grande do Deputado Ronaldo Benedet. Ele fez um esforço muito grande para desvirtuar o tema que estava em debate, para desvirtuar aquilo que efetivamente V.Exa. quer saber, Deputado Antônio Carlos Vieira, e esse esforço não deve ser em vão.

Por isso, a nossa expectativa é grande a partir de hoje. Vamos aguardar ansiosamente que o Banco Central remeta a relação a esta Casa e aí nós vamos poder começar um processo de resgate da verdade sobre essa longa história do Besc.

Pensamos que estamos chegando muito próximos da verdade, Deputado Paulo Eccel. Por isso, ficaremos na expectativa de ver nome a nome. E só esperamos não encontrar, dentre a relação dos punidos pelo Banco Central, nenhum integrante do atual Governo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

A Presidência defere de plano.

Pedido de informação de autoria do Deputado Afrânio Boppré, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando cópia dos convênios e a execução financeira estabelecidos entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Erval Velho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Afrânio Boppré, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando cópia do convênio e eventuais contratos estabelecidos entre o Governo do Estado e o Inmetro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Francisco de Assis, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos sobre o último concurso público realizado para a área da saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PP, a ser enviado ao Secretário da Educação e Inovação, contendo quesitos sobre o Edital nº 003/2001, que se refere ao concurso público para os anos de 2003 e 2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Jorginho Mello, a ser enviado ao Governador do Estado, no sentido de que sejam fornecidas informações a respeito da regulamentação das leis sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação, de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando cópia da Tomada de Preços nº 154/SSP/2003, referente à construção de unidades prisionais móveis no complexo penitenciário de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, pedindo o nome e o órgão no qual está lotado o servidor público que lidera a lista dos vencimentos da administração direta do Estado e cópia do processo administrativo, ou decisão judicial, que dá origem ao acréscimo de remuneração do referido servidor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviado ao Secretário da Fazenda, no sentido de que sejam fornecidas informações acerca da transferência do ICMS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República e aos Ministros dos Transportes, do Planejamento, da Fazenda e à Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido de que sejam destinados recursos que é repassado à União para a duplicação da BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da Deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Lages, no sentido de que seja fornecido transporte coletivo adaptado aos deficientes físicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Diretora da Rádio Difusora de Içara, parabenizando-a pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do Deputado Antônio Ceron e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jornalista Cláudio Prisco Paraíso, manifestando solidariedade em virtude da demissão do jornal O Estado, com sua discussão encerrada.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, eu peço verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Pois não. É lícito ao Deputado requerer verificação de quórum.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, a questão de ordem que eu levanto, é que é lícito - e isto está no Regimento - ao Deputado solicitar verificação de quórum. Só que esse artigo deixa em aberto, dando até oportunidade de se imaginar que um mês depois se possa solicitar verificação de quórum. E foi dentro dessa linha que eu obtive a resposta da Presidência da Mesa naquele dia, de que era lícito.

No entanto, o art. 252, Sr. Presidente, no seu § 3º, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação" (e é aí que se fundamenta a minha questão de ordem) "antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria."

A Casa tem condições de fazer um levantamento e observar que S.Exa., o Presidente da Casa, já tinha anunciado a matéria seguinte quando foi levantada a questão de ordem, inicialmente pelo emittente Deputado Ronaldo Benedet.

Encaminho esta solicitação de ordem para ver se a Mesa tem condições de fazer essa análise, porque, volto a repetir, é uma matéria efetivamente vencida, porque, pelo Regimento Interno, artigo e parágrafo que eu acabei de enunciar já estava em discussão ou anunciada a discussão da matéria subsequente.

Então, eu entendo, com todo o respeito, e peço vênha à Presidência novamente, para esta questão de ordem, para que esta matéria seja considerada vencida pelos elementos que colocamos aqui, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, nós tivemos uma oportunidade de ouvir o Governador do Estado. A Assembléia Legislativa inclusive acatou o encaminhamento que nós fizemos com referência a um prazo para que o Governo se pronunciasse a respeito de todo esse episódio, essa situação.

Infelizmente o Governador não se manifestou. Diz o Deputado Ronald Benedet que ele não sabe. Eu acredito que ele deve saber, mas talvez esteja exigindo uma formalidade, exigindo um documento oficial, até porque tem Líder de Governo que deve ter conversado sobre esse assunto; a imprensa fartamente noticiou; tem uma Bancada disciplinada, ativa na base do Governo nesta Casa. Eu acredito que o Governo não deve ter desconsiderado.

Eu estou falando sobretudo no sentido político da manifestação! A opinião política do Governador!

E agora nós estamos aqui novamente diante de uma situação que temos que resolver, Sr. Presidente, porque tem um Deputado que diz que tem que tirar o nome do Governador para poder apoiar, caso contrário ele pede a apuração do quórum, e se não tiver o número de Deputados a sessão acaba sendo encerrada.

Nós temos que resolver este problema senão esta matéria vai ficar patinando e nós não vamos conseguir chegar a uma conclusão. Até peço para o próprio Deputado Rogério Mendonça, Líder do PMDB, solicitar aos Deputados membros da base governista para venham ao Plenário para votar esta proposta.

Vejam, as cadeiras estão vazias! Nós sabemos que não vai ter quórum para apreciar!

Então, esse tipo de tática não vai levar a nada. É preferível ter manifestação, posição com respeito ao tema. O Sr. Governador está devendo, no meu modo de entender, uma manifestação, não a esta Casa, mas à sociedade catarinense. E a própria Bancada do Governo tem de vir a Plenário para resolver esse problema, sob pena de não termos solução.

Então, o encaminhamento é para tomarmos uma decisão política. A Assembléia Legislativa não pode ficar com esse tema. Acho até que é pior para o Governador porque fica com esse tema durante toda a semana, e vamos passar o ano sem resolvermos o problema.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, sobre a questão de quórum, se fosse o caso, pediríamos votação nominal, mas daria na mesma situação.

Mas, independente disso, se a Assembléia Legislativa tem interesse de ter realmente a manifestação do Governador, que esta Casa peça oficialmente, assim como eu já assomei à tribuna desta Casa e disse, em nome do Governador, qual a sua posição, por diversas vezes.

Já disse o que o Governador manifestou pessoalmente para mim, que não tem nada a ver com essa história e que se quisesse fazê-lo não seria dessa maneira. Evidentemente que não é o método do Sr. Governador!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, quero fazer coro à fala do Deputado Afrânio Boppré, porque denigre a imagem do Parlamento, numa terça-feira, à tarde, não ter 21 Deputados para fazer a votação de uma simples moção. Isso entristece e denigre a imagem do Parlamento.

Nós fazemos um apelo aos Srs. Deputados para comparecerem ao Plenário, fazendo jus à sua função Parlamentar, para votarmos essa matéria.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, há uma semana estamos tentando votar essa

matéria. O Deputado Antônio Ceron propôs, inicialmente, a moção, e a nossa Bancada, na terça-feira passada, já havia deliberado nessa direção. E eu não vejo nenhuma razão para o Governo querer a retirada do nome do Governador.

Quero repetir, mais uma vez, Sr. Presidente, a citação que tanto o Deputado Antônio Ceron quanto a nossa Bancada faz, com respeito à carta que o Governador encaminhou ao jornalista Cláudio Prisco Paraiso, que é pública! Eles não querem reconhecer aquilo que o próprio Governo reconheceu! O Governador disse na carta que encaminhou uma cópia ao Deputado Rogério Mendonça; uma cópia ao Deputado Herneus de Nadal; uma cópia para cada membro da Bancada Federal...

Não há como negar! É público que o Governador encaminhou uma carta ameaçadora ao jornalista Cláudio Prisco Paraiso!

Ora, querer desvincular esses fatos não tem nenhuma razão! Portanto, não sei por que o Governo insiste em querer uma absolvição, digamos assim, da Assembléia, por um ato que não há como negar que praticou!

Portanto, estamos aqui para votar nos termos que foi colocado, e nos causa estranheza o Governo encaminhar desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, tem razão o Deputado Antônio Ceron na questão de ordem levantada. Todavia, quem decidiu pela verificação de quórum foi o Presidente titular desta Casa, no momento da votação, Deputado Volnei Morastoni, que presidia a sessão.

Quero dizer que até seria constrangedor para este Deputado tomar uma decisão contrariando a decisão do Presidente titular da Casa. Ele determinou a verificação naquela oportunidade.

Por outro lado, o Deputado Antônio Ceron tem razão, o art. 252 é claro: "Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria".

Portanto, não posso submeter à votação agora porque é visível a falta de quórum. Não temos 21 Deputados presentes. Por isso não posso submeter à votação. Quero deixar bem clara aqui a posição.

Tem razão o Deputado Antônio Ceron. O art. 252 é claro: quando é pedido verificação de quórum, ela passa a ser prioritária. Não foi. Outras matérias foram votadas, inclusive projeto de lei. Quero repetir que seria deselegante da minha parte contrariar o Presidente titular, que determinou a verificação de quórum.

Não foi nesta sessão que a verificação de quórum foi solicitada e deferida pelo Presidente, foi na de quinta-feira.

Portanto, Deputado Antônio Ceron, V.Exa. tem razão. Peço desculpa e compreensão do ilustre Deputado para que não haja constrangimento deste Presidente em tomar uma decisão, contrariando o que o ilustre Presidente titular desta Casa determinou.

Peço a V.Exa. que me compreenda. Não posso submeter à votação, primeiro porque não há quórum,

não há 21 Deputados presentes. Infelizmente outras matérias foram votadas e essa não. Mas fica determinado que essa matéria entra em primeiro lugar no dia de amanhã. A primeira matéria da pauta do dia de amanhã será esta, o que deveria ter sido feito hoje, mas infelizmente passou despercebido e não a incluí como prioritária.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Ceron.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Entendo perfeitamente e acato a decisão de V.Exa.

Peço, se for possível, regimentalmente, que nesse meio tempo a Mesa verifique, pelas notas taquigráficas ou na gravação, se já não tínhamos adentrado na discussão da matéria seguinte, porque aí, de fato, trata-se de matéria vencida, como na prática está acontecendo aqui. O Regimento é muito claro: depois de iniciada uma votação e pedida verificação de quórum, nenhum Deputado pode sair ou entrar no recinto. Até acho uma decisão arbitrária, mas consta no Regimento!

Então, pela prática do dia-a-dia, vejo que é, de fato, matéria vencida, mas coloco mais esta questão da possibilidade de verificar na história da Casa, pelas notas taquigráficas ou através das fitas, se é uma matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Respondida a questão, determino que a matéria venha na pauta de amanhã, prioritariamente, porque assim foi determinado.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Peço permissão a V.Exa. para discutir esta matéria, porque não vai entrar em pauta a sua votação. A discussão poderia plenamente ser feita.

Como amanhã estarei viajando, e aproveito para justificar à Mesa a minha ausência no dia de amanhã, quando vai ser votado esse requerimento, quero fazer a minha declaração de voto antecipadamente porque não quero perder a oportunidade para dizer que não vou votar favoravelmente a esse requerimento pelo seguinte fato: venho acompanhando constantemente o noticiário, a coluna escrita por esse jornalista e vejo que é uma coluna muito intrigante e que com muita frequência vem jogando um político contra outro, fazendo matérias, insinuando isso ou aquilo. Aliás, provavelmente.

Não vou ler as matérias que esse cidadão escreveu contra mim, pois levaria muito tempo, nas vésperas da eleição do ano passado, tentando tirar a minha eleição - até poderia ler algumas delas para mostrar as mentiras e inverdades que esse cidadão falou, aproveitando-se de um veículo de comunicação.

Uma delas dizia o seguinte: "Está aí o Parlamentar que poderá se reeleger pelo PMDB, mas que logo vai bater em retirada." Ainda se dissesse: "que logo poderá bater em retirada", mas, não, disse:

"que logo vai bater em retirada", fazendo afirmativa de que eu trocava de Partido.

Numa outra, diz: "Perda - O PMDB, que já perdeu Narcizo Parisotto há pouco tempo, está sujeito a acumular mais uma baixa, o Deputado Romildo Titon".

Outra matéria intrigante: "Ele tem diferenças não apenas com o Líder João Henrique Blazi, mas também com o Deputado Herneus de Nadal".

Então, esse cidadão, esse jornalista é acostumado a denegrir a imagem dos políticos sem que saiba da verdade. Por muitas vezes procurei-o para colocar a minha opinião e não ele quis escrever as minhas declarações.

Portanto, quero deixar aqui o meu voto contrário a esse requerimento, porque não posso me solidarizar com um jornalista que tentou tirar a minha eleição, e constantemente vem fazendo isso com o Governador e com tantos outros políticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Feito o registro, esta Presidência, como já ficou decidido, reafirma que a matéria entrará na pauta de amanhã, com a sua discussão encerrada.

Não havendo mais matérias na pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Quero registrar, com muita alegria, o aniversário, no sábado passado, da TVAL. A emissora foi idealizada pelo então Presidente Pedro Bittencourt, iniciada a sua implantação pelo Deputado Gilmar Knaesel, continuada por este Deputado e atualmente pelo Deputado Volnei Morastoni.

Por isso, cumprimentamos todos os funcionários da TVAL, pela qualidade e eficiência com que têm levado muitos noticiários a Santa Catarina.

Queremos também fazer o registro da sessão solene ocorrida no Município de Videira. Foi um sucesso. Os Deputados lá presentes puderam vivenciar a beleza daquela sessão. Infelizmente, o número foi limitado, mas queremos agradecer aos nossos funcionários da Assembléia Legislativa, da TVAL e a todos que lá compareceram, e à Presidência pelo assessoramento e pela beleza daquela sessão.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet, por até 10 minutos.

Antes, porém, solicito ao Deputado Altair Guidi que assuma por alguns instantes a Presidência, pois este Deputado está sendo chamado no gabinete da Presidência.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiramente, gostaria de falar sobre o que o Deputado Antônio Carlos Vieira colocou, que o contrato com o Ipsc e a Prefeitura de Florianópolis se deu anteriormente à edição do decreto do Governador Amin, concedendo benefício à Prefeitura de Florianópolis e outras.

Quero dizer que concessão de parcelamento de débito é somente por lei. Podia fazer a confissão de dívida, o contrato, a Prefeitura da Capital, com o Ipsc, não tem dúvida, mas não podia, o Ipsc, conceder parcelamento, porque é só por lei, à luz do art. 155-A, do Código Tributário Nacional, que diz o seguinte: "O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecida em lei específica."

Então, é apenas para deixar claro esta questão de que tinha um contrato anterior. O contrato, para a confissão de dívida, poderia ser anterior! Para parcelamento, só depois que houvesse uma lei, muito menos um decreto.

Com muito prazer venho à tribuna desta Casa anunciar o ida do Governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o vice-Governador Eduardo Moreira, a Criciúma para tratar de um tema que era um desafio já nos tempos de campanha, com relação a uma das âncoras da economia catarinense, da economia do Sul do Estado, o carvão.

Luiz Henrique fazia e faz um desafio para as empresas carboníferas no sentido de dar destinações diferentes e alternativas com o objetivo de agregação de valor ao carvão nacional, especialmente da nossa região carbonífera, Deputados Altair Guidi e Valmir Comin.

O Governador Luiz Henrique da Silveira, já no início do seu Governo, incumbiu à Funcitec - Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina, que tem como Diretor-Geral o professor Antônio Diomário de Queiroz, que apresentasse alternativas e propostas para a valorização do carvão mineral do Estado de Santa Catarina.

E foi mostrado um trabalho, que faço questão de apresentar às pessoas do Estado de Santa Catarina, principalmente às do Sul, da cidade de Criciúma, que vivem um drama, com sofrimento, com dificuldade porque como foi diminuída a cota, o emprego diminuiu na cidade. Diminuindo o consumo de carvão nacional diminui o mercado de trabalho e a economia da nossa região piorou. O carvão ainda faz parte da nossa economia, ele dá sustentabilidade ao nosso mercado, à economia regional.

Esse trabalho foi apresentado com muita didática pelo professor Antônio Diomário de Queirós, mostrando várias análises e alternativas para a valorização do carvão, como a questão da pirólise e da gaseificação, a geração termoelétrica, a indústria carboquímica para o Brasil, que não existe, e o uso de resíduos, na questão de gestão ambiental.

O carvão, na verdade, é uma energia estratégica para o nosso País. O Brasil, diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, muito pouco usa a energia do carvão. Pode-se dizer que é uma energia, a curto prazo, mais cara, mas é estratégica. E energia cara é aquela que não se tem, no momento de um apagão, alternativa para dar condições à população, à indústria, aos negócios do País no momento em que ele mais precisa de energia elétrica, porque no mundo de hoje não se pode prescindir dela.

Mas o importante é que estão fazendo estudos, apresentando propostas de investimentos com o Sindicato do Carvão na nossa cidade, que é uma escola modelo para o Brasil e quiçá para o mundo em matéria de tecnologia, em preparo de mão-de-obra de altíssima qualidade, custeada basicamente pelo setor carbonífero da cidade de Criciúma.

Por isso o nosso orgulho pela participação e pelo incentivo do Governador Luiz Henrique e Eduardo Moreira, através da Funcitec, na criação desse trabalho de análise preliminar de

alternativas para a valorização do carvão mineral no Estado de Santa Catarina, trazendo técnicos catarinenses, fazendo uma junção de inteligências catarinenses na área de tecnologia, para a valorização do carvão nacional, que está localizado principalmente no Sul do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Ronaldo Benedit, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, pelo tema que V.Exa. aborda nesse momento.

Participamos da reunião com o Governador, juntamente com o Deputado Altair Guidi e demais Deputados da região, sábado passado, no auditório da Satc, quando levou a boa intenção de propagar iniciativas de diretrizes básicas para proporcionar a agregação de valor ao produto que temos no Sul do Estado, que é o carvão. A Alemanha, por exemplo, extrai 72 subprodutos, que estão consignados na característica do carvão, representando agregação de valor importantíssima para a comunidade, como um todo.

O carvão hoje é utilizado só para fins de geração de energia, quando, na verdade, muitos produtos utilizados no Brasil são importados, e com custos elevadíssimos, justamente por não termos uma política séria, uma política voltada à política do carvão, envolvendo as universidades, criando mecanismos de fomento, de incentivo à pesquisa e também a investimentos para poder classificar esses subprodutos agregados ao carvão.

É um tema pertinente, e a participação da Funcitec neste momento é importante, desde que realmente parta para o objetivo, que sejam práticos, porque esse é um tema que vem sendo abordado há muito tempo e até o momento não temos visto nenhuma iniciação desse processo concretizado. Está sendo vislumbrado a possibilidade de a Usitesc, a partir do próximo ano, gerar aproximadamente US\$600 milhões - é dinheiro que não acaba mais. Na verdade, realmente precisa-se formar um *pool* de empresas, e o Governo, como incentivador da sociedade, tem esse papel.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Agradeço pelo seu aparte, Deputado.

Outra necessidade da nossa cidade, Deputados Valmir Comin e Altair Guidi, é a questão da urgência, da premência de uma UTI neonatal na cidade de Criciúma. Venho, na tribuna desta Casa, defender a sua instalação urgente, num prazo máximo de três ou quatro meses, porque a população não aguenta mais.

Estou encaminhando uma indicação ao Governo do Estado e à Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina, pedindo que seja instalada essa UTI neonatal no Hospital São José de Criciúma, pois oferece todas as condições técnicas para a implantação dessa UTI neonatal.

Quando estamos diretamente ligados à questão - recentemente me tornei avô de uma bela menina, Pietra Benedit Zanete, que nasceu no Hospital de Criciúma, e graças a Deus está

tudo bem - ficamos mais preocupados, porque poderia ter necessitado de uma UTI neonatal na cidade de Criciúma.

Nesse momento percebemos como as pessoas precisam da influência de alguém. Muitas pessoas me procuram para receberem atendimento na cidade de Tubarão, pois é necessária a influência de um Deputado para que uma criança seja atendida.

A nossa cidade é bastante grande e necessita muito dessa UTI neonatal, e por isso estamos iniciando essa luta. Estamos enviando uma indicação ao Governador Luiz Henrique, ao vice-Governador e ao Secretário da Saúde pedindo que seja instalada no Hospital São José, em Criciúma, uma UTI neonatal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Sr. Presidente, solicitamos que V.Exa. transfira a lista dos inscritos em Explicação Pessoal para a sessão de amanhã, pois os servidores desta Casa estão fazendo no *hall* uma festa pelo Dia do Servidor Público, e encerre a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Não há dúvida, se os Deputados concordarem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concordo, até em homenagem ao servidor público, Deputado Presidente Altair Guidi, que tanto tem labutado em prol deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Altair Guidi) - Consulto as demais Lideranças.

(As Lideranças aquiescem.)

Tendo em vista a concordância das Lideranças das Bancadas, de acordo com os arts. 108 e 211, do Regimento Interno, esta Presidência está distribuindo aos Srs. Deputados cópia da pauta contendo as proposições que deverão entrar na Ordem do Dia no prazo máximo de três sessões ordinárias.

De acordo com o art. 108, do Regimento Interno, a Presidência comunica as matérias destinadas à 86ª sessão ordinária, de 29 de outubro do corrente.

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei nºs 226/2003; 256/2003; 263/2003; 264/2003; 270/2003; 295/2003; 313/2003 e 315/2003.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei nºs 259/2003; 303/2003 e 414/2003.

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei nºs 0011/2003, 0175/2003, 0243/2003, 0252/2003 e 0269/2003.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 1492, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar, a partir do mês de outubro de 2003, o índice de 7,143% ao valor do auxílio-alimentação regulamentado pela Resolução n.º 1344/93.

Parágrafo único. Os reajustes salariais supervenientes a este Ato que sejam concedidos no ano de 2003 aos servidores do Poder Legislativo, ficam absorvidos pelo índice referido no *caput* deste artigo, sendo defeso o repasse do mesmo percentual ao valor do benefício ora reajustado.

Art. 2º. Convalidar e incorporar ao benefício referido no artigo anterior o reajustamento de 10,1712%, com vigência compreendida no período de maio a setembro de 2003

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1493, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DESIGNAR **JAYR DE OLIVEIRA MATTOS FILHO**, matrícula nº 1373, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor de Transportes, código PL/DASU-4, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **FERNANDO VITOR DAMÁSIO**, a partir de 03/11/03 (Diretoria de Transportes).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1494, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR **AMILCARE JOSÉ ZAPPELINI**, matrícula nº 0667, da função de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT, a partir de 01/11/03 (Gabinete do Deputado Volnei Morastoni).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1495, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com a Resolução DP nº 040/92, c/c Resolução nº 037, de 26/01/98,

DESIGNAR **RAQUEL NACK NUNES**, matrícula nº 1333, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 01/11/03 (Gabinete do Deputado Volnei Morastoni).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1496, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **MÁRCIO CLÉZIO DE OLIVEIRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 20/10/03 (Deputado Nilson Machado).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1497, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1040/2003,

RESOLVE: de acordo com o artigo 40, § 1º, I e § 3º da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelo artigo 1º da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER aposentadoria por invalidez permanente, à servidora **INÊS MARIA G. MENDES WANROWSKY**, matrícula nº 2178, no cargo de Advogado, código PL/ATS-11-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de lei.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1498, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1608/2003,

RESOLVE: de acordo com o artigo 40, § 1º, I e § 3º da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelo artigo 1º da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER aposentadoria por invalidez permanente, ao servidor **HARRY EGON KRIEGER**, matrícula nº 0114, no cargo de Procurador, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de lei.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1499, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1936/2003,

RESOLVE: de acordo com o artigo 40, III, § 3º da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelo artigo 8º, I, II, III, letras "a" e "b" da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, ao servidor **JOSÉ DANIEL PAMPLONA**, matrícula nº 0365, no cargo de Motorista, código PL/ATM-9-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos integrais.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1500, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2043/2003,

RESOLVE: de acordo com o artigo 40, da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelo artigo 8º, § 1º, da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição, ao servidor **BERTOLDO BRASIL**, matrícula nº 1270, no cargo de Técnico em Manutenção, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos proporcionais.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1501, de 30/10/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1244/2003,

RESOLVE: de acordo com o artigo 40, § 1º, I e § 3º da Constituição Federal, c/c a nova redação dada pelo artigo 1º da EC nº 20, de 15/12/98 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER aposentadoria por invalidez permanente, ao servidor **MAURÍCIO CLÓVIS SCHWINDEN**, matrícula nº 1532, no cargo de Engenheiro, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de lei.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Altair Guidi - Secretário

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

*** X X X ***